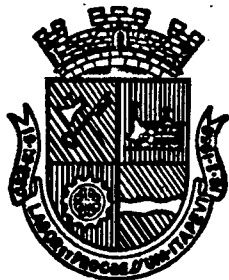


2ª

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI



ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO Nº 037/94

PROJETO Nº 036/94

de Lei

INTERESSADO Prefeitura Municipal de Itapevi

ASSUNTO "Dispõe sobre a realização de convênio
com a Secretaria da Justiça e da Defesa
da Cidadania, destinado ao estabelecimento
de Programa Municipal de Proteção e Defesa
do Consumidor para cumprimento das disposições
do Código de Defesa do Consumidor da Lei Delegada
nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais
normas legais pertinentes."

1209/94



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 036/94

(Dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 890, de 05 de julho de 1989.

Itapevi, 22 de agosto de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos

RECEBEMOS
23 / 08 / 94

SECRETARIA



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONVÊNIO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DE PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Pelo presente instrumento, o **ESTADO DE SÃO PAULO**, por sua **SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA**, com sede nesta Capital, no Páteo do Colégio, nº 148, neste ato representada por seu Titular, devidamente autorizada pelo Governador, nos termos do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992, a seguir denominada simplesmente **SECRETARIA**, e o **MUNICÍPIO DE ITAPEVI**, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº , de de 1994, adiante denominado apenas **MUNICÍPIO**, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBJETO

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e defesa do consumidor, com vistas ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 04, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo:

I - cooperação técnica entre a **Secretaria** e o **Município**, para prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor; e

II - cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da **Secretaria**, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo Único - o órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "PRO CON", seguida do nome do Município.

OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - A **Secretaria** se compromete a prestar ao **Município** assistência material e técnica consistentes em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimentos e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização de atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessárias ao funcionamento do serviço;

../..



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

fl.02

b) treinamento de servidores públicos, indicados pelo **Município**, mediante estágio, na forma estabelecida pela **Secretaria**, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da **Secretaria**, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo **Município**;

b) treinar servidores públicos indicados pelo **Município** para a execução do trabalho de fiscalização;

c) fornecer credenciais de Agentes de Fiscalização aos servidores públicos considerados aptos pela **Secretaria** após o treinamento de que trata a alínea anterior;

d) manter informado o órgão local sobre a legislação pertinente em vigor; e

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - O **Município** se compromete a:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela **Secretaria**;

c) encaminhar à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, até o dia dez (10) de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela **Secretaria**;

c) dar ciência, à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da **Secretaria**, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI CIDADE ESPERANÇA

ESTADO DE SÃO PAULO

fl.03

a) criar e manter corpo de fiscalização subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à **Secretaria**, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;

c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na **Secretaria**; e

d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela **Secretaria**, relatando os eventuais problemas surgidos no **Município**, a quantidade de autuações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta - Serão repassados, pelo Estado à Prefeitura, cinquenta por cento (50%) do montante arrecadado com multas derivadas de autos lavrados pelo **Município**.

§ 1º - Do repasse de verba feito ao **Município**, no mínimo dez por cento (10%) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

§ 2º - Para eficiência da cooperação entre a **Secretaria** e o **Município**, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.

Cláusula Quinta - O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de cinco (05) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de sessenta (60) dias ou, ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

Cláusula Sexta - Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenientes.

São Paulo, de de 199

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER
Secretário da Justiça e da Defesa da
Cidadania

JOÃO CARLOS CAMEZ
Prefeito Municipal



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

MENSAGEM Nº 023/94

Itapevi, 22 de agosto de 1994

Senhor Presidente,

Por intermédio desta, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que seja submetido à elevada apreciação dessa Augusta Casa, o incluso Projeto de Lei, cujo teor dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes.

A importância da propositura reside na necessidade de executar, no âmbito municipal, o Programa de Proteção e Defesa do Consumidor, mediante a criação do PROCON ITAPEVI, programa este que, através do convênio supra mencionado, terá colaboração e apoio técnico da Divisão de Ação Regional da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON-SP.

Ocorre que, para possibilitar seja o programa estabelecido e executado no Município, é necessário modificar o ordenamento legal em vigor — Lei nº 890, de 05 de julho de 1989 — visto que a legislação autorizou a realização de convênio com a Secretaria de Defesa do Consumidor, órgão extinto pelo Governo do Estado de São Paulo, conforme faz prova o Of. Circular SJDC/DAR nº 059/93, encaminhado pela Divisão De Ação Regional - PROCON-SP. em razão de solicitação efetuada por este Executivo para implantação do programa (doc. anexo).

Cumprе esclarecer, todavia, que a existência do texto legal municipal referido não implicou na efetiva concretização do projeto — antiga reivindicação da nossa comunidade, cujos benefícios estão claramente dispostos nos Anexos A e B que acompanham o ofício encaminhado pelo PROCON-SP (docs. anexos) — fato que este Executivo pretende não mais ocorra no Município, ou seja, mediante aprovação dessa Colenda Câmara, o convênio em tela será firmado e executado no menor espaço de tempo possível.

Informo, finalmente, que o presente Projeto de Lei foi elaborado em conformidade com a minuta encaminhada pelo PROCON-SP (doc. anexo), assim como o Termo de Convênio (doc. anexo), tudo em conformidade com

.../...



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

as disposições constantes do Decreto Estadual nº 34.727, de 19 de março de 1992 (doc. anexo).

Considerando a matéria de relevante interesse público e social para o Município, solicito seja a apreciação realizada com urgência, conforme autoriza o Artigo 35 da Lei Orgânica do Município.

Sendo o que se apresenta para o momento, subscrevo-me, reiterando, na oportunidade, a Vossa Excelência e Ilustres Pares, meus protestos de elevada estima e distinta consideração.

Cordialmente,

JOÃO CARLOS CARANEZ
Prefeito

Excelentíssimo Senhor
VALTER FRANCISCO ANTONIO
DD.Presidente da Câmara Municipal de
Itapevi-SP.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

ITAPEVI — "Cidade Esperança"
ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 890, DE 05 DE JULHO DE 1989.

"Dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria de Defesa do Consumidor com a finalidade de execução do Programa de Proteção ao Consumidor e cumprimento no âmbito Municipal, do Decreto-Lei nº 2.339, de 26 de junho de 1987".

DR. JURANDIR SALVARANI, Prefeito do Município de Itapevi,

Faço saber que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

ART. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria de Defesa do Consumidor, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

ART. 2º - Fica criado junto ao Gabinete do Prefeito, o Órgão local de proteção ao Consumidor, denominado "PROCON".

ART. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Itapevi, aos 05 de julho de 1989.

DR. JURANDIR SALVARANI
-Prefeito-

Publicada, por edital, afixada no lugar de costume, arquivada no Cartório de Direito do Município e na Assessoria Técnico-Legislativa da Prefeitura do Município de Itapevi, aos 05 de julho de 1989.

RAMIRO ELEUTÉRIO NOVAES
- Assessor Chefe -



MINUTA DA LEI MUNICIPAL

PROJETO DE LEI nº _____, de _____ de 199

LEI nº _____

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DE CONVÊNIO COM A SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, DESTINADO AO ESTABELECIMENTO DE PROGRAMA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR, PARA CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, DA LEI DELEGADA Nº 4, DE 26.09.62, E DAS DEMAIS NORMAS LEGAIS PERTINENTES.

_____, Prefeito
do Município de _____, Estado de
São Paulo, no uso de suas atribuições legais, faz saber
que a Câmara Municipal decretou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº _____, de _____ de 19 ____.

Prefeitura Municipal de _____
aos _____ de _____ de 19 ____.

Prefeito Municipal



São Paulo, 01 de outubro de 1.993.

OF. CIRCULAR SJDC/DAR nº 059/93

Senhor Prefeito:

Temos a honra de nos dirigir a Vossa Excelência por determinação do titular desta Pasta, Doutor ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER, com a finalidade de comunicar ao ilustre Prefeito que, pelo Decreto Estadual nº 34.727, de 19/03/92, publicado no D.O.E. aos 20/03/92, foram efetuadas modificações de ordem legal na minuta oficial de celebração de convênios pelo Estado com Municípios do Interior, destinados ao estabelecimento de Programas de Proteção e Defesa do Consumidor no Âmbito Municipal, com vistas ao cumprimento das disposições do CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, da Lei Delegada nº 4 de 26/09/62, e das demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Dessa forma, deverão ser confirmados e regularizados, mediante a assinatura de novos instrumentos convencionais, de acordo com os termos da minuta publicada pelo Diário Oficial do Estado de 20/03/92, na forma de Anexo do referido Decreto, todos os convênios da mesma natureza celebrados anteriormente com a extinta Secretaria de Defesa do Consumidor e, também, os firmados com esta Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania antes das modificações determinadas pela citada lei.

Com essa finalidade, data vênua, estamos remetendo a Vossa Excelência, anexas ao presente, cópia integral do Decreto em referência, assim como cópia da nova minuta da Lei Municipal e do Convênio.



**PRO
CON**

21

GOVERNO DO
ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DA
JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA

COORDENADORIA DE
PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Colocando-se inteiramente à disposição do ilustre Prefeito e/ou da Chefia de seu Gabinete, esta DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL poderá prestar quaisquer outros esclarecimentos através da signatária, pelo telefone Disque-Grátis 0800-14-1616, ou pelo PABX (011) 239-3211, ramais 250, 251 ou 252.

Sem mais, aguardando comunicação dessa Prefeitura sobre a matéria, aproveitamos a oportunidade para transmitir a Vossa Excelência os protestos de nosso elevado apreço e consideração.

Atenciosamente,

Angela Maria Signore
— PROCON —
Divisão de Ação Regional
R.G. 5.761.561

ANEXOS:

Cópia do Decreto nº 34.727
Cópia das novas Minutas da Lei Municipal e do Convênio
Mais Anexos A e B

AVI/asm.

PARTIC ... (11) DESENVOLVIMENTO DE SÃO PAULO



ANEXO A

ÁREAS DE ATUAÇÃO DO PROCON

- I-** Atendimento, orientação e conciliação de questões econômico-comerciais que afligem os cidadãos, nos segmentos de Alimentação, Saúde, Habitação, Produtos, Serviços e Assuntos Financeiros;
- II-** Fiscalização de preços de mercadorias no varejo, sempre que esses preços estejam tabelados ou congelados por ato federal;
- III-** Execução da metrologia legal em Municípios do Interior do Estado (aferição, controle e fiscalização de pesos e medidas), quando requestada e por solicitação ao IPEN/SP - Instituto de Pesos e Medidas de São Paulo, órgão seu coligado na SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA;
- IV-** Atendimento jurídico gratuito ao consumidor carente, em atuação conjunta com a Procuradoria Geral do Estado;
- V-** Apoio aos Municípios, enquanto consumidores, em eventuais desavenças com seus fornecedores de bens e serviços;
- VI-** Programa de controle de qualidade de produtos e serviços ao consumidor, mediante ensaios laboratoriais e técnicos em ambas as áreas, em conjunto com o IPT-Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo;
- VII-** Estudos e pesquisas permanentes a respeito de todos e quaisquer assuntos relacionados com os interesses dos consumidores, através de seu Centro de Estudos e Pesquisas, com vistas à adoção das medidas legais cabíveis, no sentido de proteger e defender os interesses e as prerrogativas dos consumidores.

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

AVI/asm.



ANEXO B

COLABORAÇÃO E APOIO TÉCNICO, SEM ÔNUS, DO PROCON/SP, POR MEIO
DE SUA DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL, AOS PROCONS MUNICIPAIS DAS
PREFEITURAS CONVENIADAS

Além do atendimento diário permanente aos Órgãos Municipais de Defesa do Consumidor, pessoalmente, por telefone, pelo Correio ou via FAX, para acolhimento de consultas e reclamações de difícil solução, e para esclarecimento de dúvidas e orientação de solvências a Técnicos de PROCONS do Interior, a colaboração e o apoio técnico da DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL aos PROCONS dos Municípios conveniados incluem, também, a realização ou prestação dos seguintes eventos e serviços:

- a) Promoção bimestral, na sede do Centro de Estudos e Pesquisas do PROCON/SP, de Cursos de Capacitação e Treinamento para Técnicos dos PROCONS do Interior;
- b) Palestras, quando solicitadas, pronunciadas a platéias do Interior por Técnicos da DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL, sobre o desenvolvimento da defesa do consumidor e, em especial, sobre o CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR, com direito a perguntas e debates;
- c) Exposições da "FEIRA DO ALERTA" em Municípios do Interior, quando solicitadas, com a demonstração de produtos em condições irregulares para o consumo e prejudiciais à saúde ou à segurança do consumidor, relacionados com má qualidade, desinformação ou propaganda enganosa;



- d) Reuniões Técnicas de Defesa do Consumidor realizadas periodicamente, na Capital ou no Interior, com a participação de Técnicos dos PROCONS de todos os Municípios conveniados;
- e) Remessas de Cartilhas Instrutivas aos PROCONS do Interior, para distribuição em Escolas, Associações de Classe, Clubes de Serviço, Associações Desportivas e/ou Recreativas, etc.
- f) Encaminhamento aos PROCONS Municipais, de transcrições inseridas no Diário Oficial do Estado pela DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL, de matérias de interesse dos consumidores publicadas pelo D.O. da União, por meio de Portarias, Instruções, Atos Declaratórios, Leis, Resoluções, Decretos e Circulares;
- g) Despacho mensal para os PROCONS do Interior, do INFORME D.A.R., editado internamente pela DIVISÃO DE AÇÃO REGIONAL, com a sinopse de notícias de interesse do consumidor publicadas em jornais locais e detectadas pelos Órgãos de Defesa do Consumidor dos Municípios Conveniados.

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

AVI/asm.



SECRETARIA DA JUSTICA E DA DEFESA DA CIDADANIA

GABINETE DO SECRETARIO

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, E O MUNICÍPIO DE

COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DE PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com Sede nesta Capital, no Pátio do Colégio nº 148, neste ato representada por seu Titular devidamente autorizado pelo Governador, nos termos do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992, a seguir denominada simplesmente Secretaria, e o Município de , representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº , de de 199 , adiante denominado apenas Município, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBJETO

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e defesa do consumidor, com vistas ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo:

I - a cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, para a prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor;

II - a cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo único - O órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "PROCON", seguida do nome do Município.



OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - A Secretaria se compromete a prestar ao Município assistência material e técnica consistentes em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimento e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização de atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessárias ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de servidores públicos, indicados pelo Município, mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor;

II - quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo Município;

b) treinar servidores públicos indicados pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização;

c) fornecer credenciais de Agentes de Fiscalização aos servidores públicos considerados aptos, pela Secretaria, após o treinamento de que trata a alínea anterior;

d) manter informado o órgão local sobre a legislação pertinente em vigor;

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.



OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - O Município se compromete a:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela Secretaria;

c) encaminhar à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON, até o dia 10 de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria;

d) dar ciência, à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter corpo de fiscalização subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;

c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na Secretaria;

d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria, relatando os eventuais problemas surgidos no Município, a quantidade de autuações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.



SECRETARIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR
GABINETE DO SECRETARIO

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta - Serão repassados, pelo Estado à Prefeitura, 50% (cinquenta por cento) do montante arrecadado com multas derivadas de autos lavrados pelo Município.

Parágrafo 1º - Do repasse de verba feito ao Município, no mínimo 10% (dez por cento) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo 2º - Para eficiência da cooperação entre a Secretaria e o Município, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.

Cláusula Quinta - O presente convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

Cláusula Sexta - Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenientes.

São Paulo, de 199

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER
SECRETÁRIO DA JUSTIÇA E
DA DEFESA DA CIDADANIA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO

a que se refere o artigo 2º do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992.

Convênio que entre si celebram o Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, e o Município de, com a finalidade de execução de Programa de Proteção e Defesa do Consumidor.

Pelo presente instrumento, o Estado de São Paulo, por sua Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, com sede nesta Capital, no Páteo do Colégio nº 148, neste ato representada por seu Titular devidamente autorizado pelo Governador, nos termos do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992, a seguir denominada simplesmente Secretaria, e o Município de, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº, de de de 199, adiante denominado apenas Município, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

Objeto

Cláusula Primeira — O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e defesa do consumidor com vistas ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962 e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo:

I — a cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, para a prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor;

II — a cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo único — O órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "Procon", seguida do nome do Município.

Obrigações da Secretaria

Cláusula Segunda — A Secretaria se compromete a prestar ao Município assistência material e técnica consistentes em:

I — quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimento e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização de atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessárias ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de servidores públicos, indicados pelo Município, mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor;

II — quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo Município;

b) treinar servidores públicos indicados pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização;

c) fornecer credenciais de Agentes de Fiscalização aos servidores públicos considerados aptos, pela Secretaria, após o treinamento de que trata a alínea anterior;

d) manter informado o órgão local sobre a legislação pertinente em vigor;

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira — O Município se compromete a:

I — quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

- b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela Secretaria;
- c) encaminhar à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor — PROCON, até o dia 10 de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria;
- d) dar ciência, à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor — PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor;

II — quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

- a) criar e manter corpo de fiscalização, subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;
- b) remeter à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor — PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;
- c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na Secretaria;
- d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria, relatando os eventuais problemas surgidos no Município, a quantidade de situações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta — Será repassado, pelo Estado à Prefeitura, 50% (cinquenta por cento) do montante arrecadado com multas derivadas de autos lavrados pelo Município.

Parágrafo 1º — Do repasse de verba feito ao Município, no mínimo 10% (dez por cento) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo 2º — Para eficiência da cooperação entre a Secretaria e o Município, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.

Cláusula Quinta — O presente convênio vigorará pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de 5 (cinco) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de 60 (sessenta) dias, ou ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

Cláusula Sexta — Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenientes.

São Paulo, de

de 1992.



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 036/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

Quanto ao mérito, a propositura é louvável eis que visa autorizar o Executivo a firmar convênio destinado a Programa Municipal de Defesa do Consumidor.

Pelo exposto concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1.994.

Comissão I

Dr. Hermogenez José Sant'Anna

João Ferreira do Monte

Dra. Maria Ruth Banholzer

Lafaiete Rodrigues

Jadir Francisco de Souza

Comissão II

Laerte Casagrande

Sérgio Montanheiro

Geone Xavier Pereira

Manoel Viana Filho

Vital Pontiano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

"ITAPEVI - Cidade Esperança"

ESTADO DE SÃO PAULO

Parecer conjunto das Comissões 01 e 02 ao Projeto de Lei nº 036/94

Senhor Presidente,

Quanto ao aspecto legal, nada a opor.

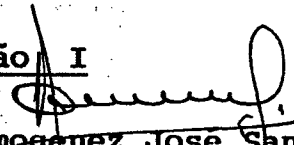
Quanto ao mérito, a propositura é louvável eis que visa autorizar o Executivo a firmar convênio destinado a Programa Municipal de Defesa do Consumidor.

Pelo exposto concedemos o nosso parecer favorável, conclamando os Nobres Companheiros que votem pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 1.994.

Comissão I


Dr. Hermogenes Jose Sant'Anna


João Ferreira do Monte


Dra Maria Ruth Banholzer


Lafaiete Rodrigues


Jadir Francisco de Souza

Comissão II


Laerte Casagrande


Sergio Montanheiro


Geone Xavier Pereira


Manoel Viana Filho


Vital Ponciano dos Reis



CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI

ESTADO DE SÃO PAULO

A U T O G R A F O nº 034/94

(Projeto de Lei nº 036/94-DO EXECUTIVO)

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI, usando das atribuições que lhe são conferidas, Aprova a seguinte Lei:-

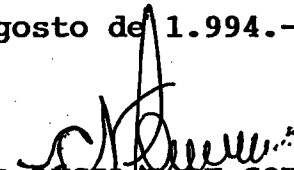
"Dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes."

Art.1º - Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art.2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 890, de 05 de julho de 1989.

CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI, 31 de agosto de 1.994.-


NORMA LUCIA R. DE SOUZA
1ª Secretária

VALTER FRANCISCO ANTÔNIO

Presidente

"ITAPEVI - CIDADE ESPERANÇA"

Rua Brasília de Abreu Alves, 200 - Fone: (011) 426-3651 - Cep 06650 - Itapevi - São Paulo



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

LÉDIA

Proc. 037
Projeto - 036/94

LEI Nº 1.209, DE 06 DE SETEMBRO DE 1994

(Dispõe sobre a realização de convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, destinado ao estabelecimento de Programa Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, para cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais pertinentes)

JOÃO CARLOS CARAMEZ, Prefeito do Município de Itapevi, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Itapevi aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar convênio com a Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania, nos termos do instrumento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, a Lei nº 890, de 05 de julho de 1989.

Itapevi, 06 de setembro de 1994

JOÃO CARLOS CARAMEZ
Prefeito

SÉRGIO BOSSAN
Secretário de Negócios Jurídicos

Publicada, por afixação, no lugar de costume e registrada em livro próprio, na Prefeitura do Município de Itapevi, em 06 de setembro de 1994.

JORGE LUIZ PEREIRA DE ANDRADE
Chefe de Gabinete



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

ANEXO - LEI 1.209/94

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DE SÃO PAULO, POR SUA SECRETARIA DA JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA, E O MUNICÍPIO DE ITAPEVI, COM A FINALIDADE DE EXECUÇÃO, NO ÂMBITO MUNICIPAL, DE PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR.

Pelo presente instrumento, o ESTADO DE SÃO PAULO, por sua SECRETARIA DA JUSTIÇA E DA DEFESA DA CIDADANIA, com sede nesta Capital, no Pátio do Colégio, nº 148, neste ato representada por seu Titular, devidamente autorizado pelo Governador, nos termos do Decreto nº 34.727, de 19 de março de 1992, a seguir denominada simplesmente SECRETARIA, e o MUNICÍPIO DE ITAPEVI, representado pelo Prefeito Municipal, devidamente autorizado pela Lei Municipal nº 1.209, de 06 de setembro de 1994, adiante denominado apenas MUNICÍPIO, celebram o presente convênio, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

OBJETO

Cláusula Primeira - O presente convênio tem por objeto o estabelecimento de programa de proteção e defesa do consumidor, com vistas ao cumprimento das disposições do Código de Defesa do Consumidor, da Lei Delegada nº 4, de 26 de setembro de 1962, e das demais normas legais e regulamentares pertinentes, abrangendo:

I - cooperação técnica entre a Secretaria e o Município, para prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor; e

II - cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo Único - o órgão de Proteção e Defesa do Consumidor da Prefeitura poderá usar a sigla "PROCON", seguida do nome do Município.

OBRIGAÇÕES DA SECRETARIA

Cláusula Segunda - A Secretaria se compromete a prestar ao Município assistência material e técnica consistentes em:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

a) fornecimento, nas quantidades que julgar suficientes, de material educativo para esclarecimentos e conscientização da comunidade com relação aos direitos do consumidor, manuais de padronização de atendimento, encaminhamento de reclamações e elaboração de recomendações, além de formulários e fichas necessárias ao funcionamento do serviço;

b) treinamento de servidores públicos, indicados pelo Município, mediante estágio, na forma estabelecida pela Secretaria, objetivando a execução de atividades de proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação municipal no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) fornecer material impresso necessário ao exercício da fiscalização pelo Município;

b) treinar servidores públicos indicados pelo Município para a execução do trabalho de fiscalização;

c) fornecer credenciais de Agentes de Fiscalização ao servidores públicos considerados aptos pela Secretaria após o treinamento de que trata a alínea anterior;

d) manter informado o órgão local sobre a legislação pertinente em vigor; e

e) dar o devido andamento aos processos gerados pelos autos de infração, até a emissão da notificação de recolhimento da multa.

OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Cláusula Terceira - O Município se compromete a:

I - quanto à prestação de serviços de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) selecionar os servidores públicos destinados a treinamento pela Secretaria;



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "
ESTADO DE SÃO PAULO

c) encaminhar à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, até o dia dez (10) de cada mês, relatório dos serviços prestados pelo órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria; e

d) dar ciência, à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, dos convênios, acordos ou trabalhos em conjunto com outras entidades voltadas para a proteção e defesa do consumidor.

II - quanto à cooperação no exercício das atribuições fiscalizatórias da Secretaria, em matéria de proteção e defesa do consumidor:

a) criar e manter corpo de fiscalização subordinado ao órgão local de Proteção e Defesa do Consumidor, com todos os meios necessários ao seu bom funcionamento;

b) remeter à Secretaria, por meio da Coordenadoria de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON, as vias dos autos de infração, para fins de processamento;

c) selecionar servidores públicos destinados a treinamento na Secretaria; e

d) enviar relatório mensal, respondendo aos quesitos formulados pela Secretaria, relatando os eventuais problemas surgidos no Município, a quantidade de autuações feitas e os trabalhos realizados em conjunto com outras entidades.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula Quarta - Serão repassados, pelo Estado à Prefeitura, cinquenta por cento (50%) do montante arrecadado com multas derivadas de autos lavrados pelo Município.

Parágrafo 1º - Do repasse de verba feito ao Município, no mínimo dez por cento (10%) deverão ser obrigatoriamente aplicados para manutenção e aprimoramento dos serviços locais de proteção e defesa do consumidor.

Parágrafo 2º - Para eficiência da cooperação entre a Secretaria e o Município, haverá uma coordenação dos trabalhos, que caberá à primeira.



PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

" ITAPEVI - Cidade Esperança "

ESTADO DE SÃO PAULO

Cláusula Quinta - O presente convênio vigorará pelo prazo de um (01) ano, a partir de sua assinatura, prorrogável por igual período, automática e sucessivamente, até o limite máximo de cinco (05) anos, podendo, entretanto, ser desfeito a qualquer tempo por mútuo consentimento dos partícipes ou denúncia de qualquer deles com antecedência de sessenta (60) dias ou, ainda, alterado de comum acordo mediante a lavratura de termo aditivo, observada, nesta última hipótese, a necessidade de aprovação do Governador do Estado.

Cláusula Sexta - Fica eleito o Foro da Capital de São Paulo para dirimir as dúvidas acaso originárias deste convênio, que não possam ser resolvidas de comum acordo entre os convenientes.

São Paulo, ... de ... de 199...

ANTONIO DE SOUZA CORRÊA MEYER
Secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania

JOÃO CARLOS CARAMÉZ
Prefeito Municipal